

Ata n.º 2

Procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e na categoria de Assistente Operacional, do mapa de pessoal do Instituto Superior de Agronomia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no Núcleo de Espaços Verdes da Divisão de Infraestruturas Segurança e Ambiente.

Bolsa de Emprego Público: OE202112/0023

Ao dia 29 do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas nove horas, nas instalações do Instituto Superior de Agronomia, sito na Tapada da Ajuda, reuniu o júri do procedimento em epígrafe, designado por Despacho do Presidente do Instituto Superior de Agronomia, constituído por:

Presidente: Nuno Miguel Duarte Rosado, Chefe de Divisão da Divisão de Infraestruturas, Segurança e Ambiente do ISA;

1.ª Vogal efetiva: Anabela Alves Roças de Matos Morgado, Coordenadora do Núcleo de Espaços Verdes da Divisão de Infraestruturas, Segurança e Ambiente do ISA;

2.ª Vogal efetiva: Margarida Isabel Silva Leite, Coordenadora do Núcleo de Pessoal e Desenvolvimento Profissional, da Divisão de Recursos Humanos do ISA.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Verificação do cumprimento dos requisitos de admissão pelos candidatos, para efeitos da sua admissão ou exclusão;
 2. Elaboração da Lista de candidatos admitidos/ não admitidos, fundamentando as situações de não admissão.
 3. Adoção dos procedimentos legais subsequentes (comunicação e publicação da lista provisória de admitidos e não admitidos).
-
1. Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos o júri verificou que até ao termo do prazo concedido (décimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte um), foram apresentadas a concurso 29 (vinte e nove) candidaturas.
 2. Passando à análise das candidaturas, o júri confirmou os elementos exigidos nos termos do edital do presente concurso, deliberando no sentido de admitir as candidaturas constantes

da Lista de Provisória de Candidaturas Admitidas e Não Admitidas, Anexo I, tendo fundamentado a não admissão de 22 (vinte e duas) candidaturas, as quais se ficaram a dever à incorreta instrução da candidatura, conforme o exigido na oferta publicitada na Bolsa de Emprego Público.

3. A dois dos candidatos admitidos com informação referente a serem titulares de uma relação jurídica de emprego público que não apresentam declaração, ou que da declaração apresentada não constam os elementos necessários para aferir que estejam a cumprir ou a executar atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, será requerida declaração atual nos termos do ponto 13.3.2 do aviso, de forma a que o júri possa deliberar sobre a aplicação dos métodos de seleção Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da LTFP.
4. Os candidatos não admitidos serão notificados nos termos do n.º 1 do artigo 22º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, para no prazo de dez (10) dias úteis, querendo, se pronunciarem no âmbito da audiência de interessados.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, e Anexo I, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

O júri,

Presidente:



(Nuno Miguel Duarte Rosado)

1.ª Vogal efetiva:



(Anabela Alves Roças de Matos Morgado)

2.ª Vogal efetiva:



(Margarida Isabel Silva Leite)